

UMA VISÃO EMANCIPATÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AN EMANCIPATORY VISION OF SEXUALITY EDUCATION FOR PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION

Najara Nogari de Mello¹

Everton Ribeiro²

Resumo

A sexualidade é inerente ao ser humano e ao longo da vida se manifesta de diferentes formas, sendo constituída pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, históricos e religiosos que o indivíduo vivencia. Já a educação em sexualidade é tratada, muitas vezes, como um tabu e seu enfoque em sala de aula pode ser dificultado pela falta de preparo e conhecimento dos professores, por falta de apoio familiar e por costumes e crenças internalizados na nossa sociedade. Assim, realizou-se um estudo bibliográfico sobre a sexualidade, sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica e as redes de poder que a perpassam, identificando pontos importantes que devem ser trabalhados no ambiente escolar por meio de uma visão emancipatória da educação em sexualidade. Constatou-se que é necessário esclarecer e compreender a importância de um ponto de vista transversal em sala sem sobrecarregar apenas uma disciplina, focando em pontos que vão além do aspecto biológico e incentivando uma abordagem plural, inclusiva e emancipatória da educação em sexualidade.

Palavras-chave: Diversidade; Escola; Poder; Tabu; Trabalho.

Artigo Original: Recebido em 02/12/2023 – Aprovado em 13/04/2024 – Publicado em: 31/07/2024

¹ Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas, Especialista em Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Paraná (IFPR), Telêmaco Borba, Paraná, Brasil. e-mail: najaranogari@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6218-2116> (autora correspondente)

² Bacharel em Artes Cênicas, Licenciado em Teatro, Licenciado em Pedagogia, Especialista em Estética e Filosofia da Arte, Especialista em História, Arte e Cultura, Mestre em Educação/Cultura e Diversidade, Doutor em Educação/Desenvolvimento Humano. Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Setor de Educação (DEPLAE) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Curitiba, Paraná, Brasil. e-mail: evertonribeiro@ufpr.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9807-3106>

Abstract

Sexuality is inherent to human beings and throughout life it manifests itself in different ways, being constituted by the interaction of biological, psychological, social, economic, political, cultural, historical and religious factors experienced by the individual. On the other hand, sexuality education is often treated as a taboo and its focus in the classroom can be hampered by the teachers' lack of preparation and knowledge, lack of family support and internalized customs and beliefs in our society. Thus, a bibliographic study was carried out on sexuality, its relationship with Professional and Technological Education and the power networks that permeate it, identifying important points that must be worked in the school environment through an emancipatory vision of sexuality education. It was found that it is necessary to clarify and understand the importance of a transversal point of view in the classroom without overloading only one subject, focusing on points that go beyond the biological aspect and encouraging a plural, inclusive and emancipatory approach to sexuality education.

Keywords: *Diversity; School; Power; Taboo; Work.*

1 Introdução

A sexualidade é intrínseca ao ser humano, faz parte da cultura estabelecida por uma sociedade, desenvolvida ao longo da vida e moldada por padrões sociais e comportamentais. Compreender e valorizar essa característica humana é essencial para um desenvolvimento saudável e próspero.

Nesse contexto, insere-se a educação, que se apresenta como o meio de aproximação dos estudantes às relações sociais. Esta aproximação se faz necessária para a construção de conhecimentos e suporte, principalmente em relação a conceitos que muitas vezes não são de fácil compreensão ou podem gerar dúvidas. Apesar de parecer nova, a educação em sexualidade já acontece há muito tempo, desde as civilizações mais antigas, de maneiras distintas, ela já ocorria: “na Antiguidade, predominantemente, por filósofos; na Idade Média, por representantes da Igreja; e, a partir da Modernidade, por filósofos e cientistas, revelando-se de forma ora exaltada, ora reprimida, mas sempre presente” (Jesus, 1999, p. 455). É nítido que a sexualidade está presente na história da humanidade, por mais que tenha sido escondida ou não compreendida por muitos séculos, sempre esteve lá e se mostrou de diversas formas.

Até a metade do século XVI, a Igreja controlou a sexualidade de maneira bastante frouxa: a obrigação do sacramento da confissão anual, com as confissões dos diferentes pecados, garantia que não se tivesse histórias imorais para contar ao padre. A partir do Concílio de Trento, por volta de meados do século XVI, assistiu-se ao aparecimento, ao lado das antigas técnicas de confissão, de uma série de procedimentos novos que foram aperfeiçoados no interior da instituição eclesiástica, com objetivos de purificação e de formação do pessoal eclesiástico: para os seminários e conventos, elaboraram-se técnicas minuciosas de explicação discursiva da vida cotidiana, de autoexame, de confissão, de direção de consciência, de relação

dirigidos-diretores. Foi isso que se tentou injetar na sociedade, através de um movimento, é verdade, de cima para baixo (Foucault, 2019, p. 371).

Esse controle da sexualidade estava presente em todas as esferas da sociedade, associado a um poder, que se expressava de diversas formas, às vezes evidente, sem medo de aparecer, e algumas vezes discreto, anexo a outras questões, mas sempre lá, deixando sua marca, que perpetua em alguns campos até os dias de hoje. Desde o século XVII ao início do século XX, acreditou-se que esse poder devia ser denso, rígido, constante, meticuloso. Daí esses terríveis regimes disciplinares que se encontram nas escolas, nos hospitais, nas instituições, nas cidades e nas famílias.

O poder [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2019, p. 284).

Mas a partir dos anos 1960, com o surgimento de movimentos sociais como o feminismo, percebeu-se que esse poder tão rígido não era assim tão indispensável quanto se acreditava, que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. “Descobriu-se, desde então, que os controles da sexualidade podiam se atenuar e tomar outras formas” (Foucault, 2019, p. 238).

Vê-se surgir aí uma expressão e libertação da sexualidade, das discussões que envolvem as suas características e a importância de se debater tal tema; mas como a maioria das mudanças de comportamento de uma sociedade levam tempo, encontramos ainda hoje, na segunda década do século XXI uma dificuldade de inserir tal temática nos contextos sociais, no ambiente escolar, nas famílias e nas igrejas; para muitos esse assunto ainda gera comoção e a única alternativa é a educação e argumentação, principalmente pelos mais jovens, que são capazes de conduzirem com facilidade uma abordagem mais libertadora e livre de preconceitos entre seus pares, sua família e sua comunidade e que contribuirão para uma sociedade mais humana futuramente, por isso a importância do trato desse tema na escola.

Segundo Foucault (2019, p. 279):

[...] em qualquer sociedade existem relações de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.

Por isso, o papel crucial da escola como veículo de libertação e discussão de ideias.

2 Referencial Teórico

Os movimentos sociais presentes a partir de 1960 dão força aos estudos sobre sexualidade que crescem na década de 1970 com os movimentos feministas que lutavam pela igualdade de gênero, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas (Louro, 1997). A autora ainda complementa:

será no deslocamento da assim denominada “segunda onda” – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero (Louro, 1997, p.15).

Esses movimentos feministas elevaram o gênero a uma categoria de análise, iniciando com as mulheres que denunciavam a invisibilidade feminina na esfera pública e na atuação de militantes feministas que participavam do mundo acadêmico e levaram para o interior das universidades e escolas questões mobilizadoras que impregnaram e contaminaram intelectuais - como estudiosas, docentes, pesquisadoras - com a paixão política dando origens aos estudos da mulher (Louro, 1997). Segundo Louro (1997) esses estudos se constituíam, muitas vezes, em descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços e trouxeram outras visões para o mundo acadêmico, entre elas, as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimento feminino. Essa exploração e exclusão, das mulheres e de outras classes segregadas, como os homossexuais, só demonstrava a vontade de dominação e de poder. Como afirma Michel Foucault (2019), é na demarcação, nas delimitações e nas organizações de domínios, que se fazia aflorar os processos – históricos – de poder.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Orientação Sexual ainda complementam: “esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos e transmitidas pela educação, o que atualmente recebe a denominação de relações de gênero” (Brasil, 1997 b). Por isso é tão importante a forma como são debatidos esses estudos e essas representações, pois, são a partir delas que as gerações desenvolvem seus costumes e práticas, ideia que a BNCC defende.

Tendo por base o compromisso da escola de propiciar uma formação integral, balizada pelos direitos humanos e princípios democráticos, é preciso considerar a necessidade de desnaturalizar qualquer forma de violência nas sociedades contemporâneas, incluindo a violência simbólica de grupos sociais que impõem normas, valores e conhecimentos tidos como universais e que não estabelecem diálogo entre as diferentes culturas presentes na comunidade e na escola (Brasil, 2018a, p. 61).

Apesar de todos esses movimentos, a educação em sexualidade ainda precisava percorrer um longo caminho. Na década de 1980, com o surgimento do HIV/Aids, os estudos sobre sexualidade ficaram mais ligados ao aspecto da medicina preventiva, ao comportamento e práticas sexuais em caráter de risco epidemiológico. Histórico esse que descende desde o final do século XIX, como relata Maria Rita de Assis Cesár (2009), no qual o sexo já era objeto de discussão entre médicos e educadores, porém nessa época, eles defendiam uma educação voltada para a higiene dos jovens, com forte influência de ideias reproduzidas na Europa e nos Estados Unidos, inclusive na tese da eugenia, que tinha como preocupação a questão da descendência e pureza da raça, tendo uma raça como superior e outra como inferior, utilizando uma base científica para justificar o racismo.

Helena Altmann (2001) discute que nas décadas de 1920 a 1930 os problemas considerados como desvios sexuais passam a ser tratados como doença e a escola assume o papel de educadora sexual a fim de intervir e garantir uma sexualidade normal e prescrita no modelo higienista da época. A escola, então, começou a perpetuar a ideia que associava a educação sexual à prevenção de doenças e instaurou um pensamento médico biológico que contribuiu para os preconceitos perpetuados até os dias de hoje.

Esse pensamento higienista era tão forte que, somente em 17 de maio de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retira o conceito de homossexualismo da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), passando a ser chamado agora de homossexualidade, sem o sufixo 'ismo' utilizado para caracterizar uma patologia, abrindo espaço para que abordagens mais completas, verdadeiras e livres de preconceitos pudessem ser refletidas na escola.

Para isso, a partir de 1997, o termo sexualidade foi incluído no contexto escolar brasileiro, quando foi compreendido com o nome de Orientação Sexual nos PCN. Era um tema transversal (Brasil, 1997 b), cujo interesse consistia em libertar e modificar os discursos inverídicos e preconceituosos reproduzidos até aquele momento. Os PCN (Brasil, 1997 b, p. 77) incluem em seu texto:

A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que se propunham, com a abertura política, a repensar sobre o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública como na rede privada de ensino.

Com o intuito de fornecer parâmetros para a educação em sexualidade, entre outras diversas temáticas, os PCN foram publicados na década de 1990, contribuindo para mudar esse quadro, no Brasil, e estabelecendo a necessidade de se explanar aspectos que vão além das questões de saúde e corpo, para incluir características comportamentais, sociais e culturais na abordagem da sexualidade, almejando uma educação mais democrática, emancipatória, inclusiva e livre de preconceitos.

Antes da discussão sobre a educação em sexualidade, é importante frisar qual conceito de sexualidade está sendo exposto neste trabalho, diante de diversos significados e interpretações incluídos em diferentes contextos históricos e sociais. Para Figueiró (2009), sexualidade é elemento integrante de nossa identidade e envolve o amor, o prazer, o toque, o sexo, a afetividade, o carinho, os gestos, o respeito, a alegria de viver e o conjunto das normas culturais relacionadas à prática sexual.

Nas palavras de Louro (2007, p. 209-210): “a sexualidade supõe ou implica mais do que corpos, que nela estão envolvidos: fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos, representações mobilizadas ou postas em ação para expressar desejos e prazeres”.

Para a educação em sexualidade tomou-se como referência o documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO –, intitulado como: Orientações Técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem, que define educação em sexualidade como:

Toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana (UNESCO, 2014, p. 11).

Ainda nos dias de hoje existem perspectivas mais conservadoras no ensino da sexualidade, que relacionam apenas questões de reprodução e são marcadas por moralismos, tabus e normas. Nessas perspectivas, a educação em sexualidade, geralmente, é feita de forma

exclusivamente biológica, em diálogo mais restrito com uma literatura oriunda da saúde reprodutiva, onde o estudo do corpo é delegado ao campo da biologia (Altmann, 2005), não abordando o conceito por completo. Assim no ambiente escolar quando se leva em conta apenas o aspecto de prevenção característico das ISTs, HIV/Aids e gravidez na adolescência, colocando a sexualidade em uma área de risco, não abrindo espaço para o diálogo sobre as temáticas que envolvem todo um conjunto de relações, a escola pode contribuir para algumas práticas e preconceitos já arraigados.

Com efeito, na escola, ao assim se proceder, insiste-se na prevenção de uma prática que, muitas vezes pode ser bem-intencionada, mas que se revela repressiva, reiteradora de binarismo e relações opressivas entre homens e mulheres, que além disso, mantém-se centrada na medicalização, no medo, na “naturalização da hetero sexualidade”, na “heterossexualização compulsória” na propaganda da conjugalidade heterossexual e a revelia de qualquer esforço mais afetivamente transformador (Junqueira, 2008, p. 09).

O enfoque apenas biológico e reprodutivo, apesar de importante, é restritivo e minimizador, não contribui para uma abordagem apropriada do tema, que envolve aspectos muito mais amplos que apenas os biológicos. Devido a isso o material sobre Orientação Sexual dos PCN é incluído como tema transversal, pois busca trabalhar conjuntamente em diversos campos do saber, não se limitando a apenas um (Brasil, 1997b).

Yus (1998, p. 17), ao tratar dos PCN, e individualmente dos temas transversais, ressalta a importância de se trabalhar tais temas:

Os temas transversais são um conjunto educativo de condutores da atividade escolar que não estão ligados a nenhuma matéria em particular, pode-se considerar que são comuns a todas, de forma que, mais do que criar disciplinas novas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola.

Dessa maneira, fica mais clara a relação da educação em sexualidade com todas as disciplinas curriculares e não apenas sua vinculação à Biologia, ressaltando a necessidade que a temática exerce no currículo escolar.

À vista disso, os PCN de Orientação Sexual (Temas Transversais), discorrem a respeito de como este tema pode e deve ser debatido na escola, salientando que o mesmo deve ser incluído como uma de suas capacidades e por sua vez deve estar presente em seu projeto político pedagógico.

Atrelada à aplicação dos temas transversais, o documento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, publicado em 2018 expõe que a educação contribui para:

Exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações (Brasil, 2018b, p. 12).

Ainda o mesmo documento inclui como uma de suas ações programáticas da Educação Básica:

Fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos (as) trabalhadores (as) da educação para lidar criticamente com esses temas (Brasil, 2018b, p. 20).

A Educação Profissional e Tecnológica segue as mesmas ações e salienta a necessidade de um currículo integrado, dado que “nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura objetos de produção, nem somente específicos, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente da ciência básica” (Ramos, 2010, p. 53). O próprio ser humano é formado na sua integralidade, os conhecimentos se articulam, mesmo que não seja nítida essa relação, até mesmo o poder faz parte dessa integralidade. Quando Foucault (2019) pensa na mecânica do poder, ao nível dos indivíduos, ele se refere ao poder presente em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem e sua vida cotidiana. O século XVIII encontrou um regime, por assim dizer, sináptico de poder, de seu exercício no corpo social, e não sobre o corpo social.

Observa-se, neste bojo, a relevância de se refletir o trabalho como princípio educativo, como emancipador de corpos e mentes. Afinal, a sexualidade, no desenvolvimento do capitalismo e na revolução industrial, era reprimida por conflitar com a lógica de mercado, período em que se explorou sistematicamente a força de trabalho. Para Foucault (2019, p. 144),

[...] o capitalismo desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma relação biopolítica.

É perceptível esse controle principalmente nos grupos sociais mais excluídos, como mulheres, negros, homossexuais e até crianças, comum na sociedade que valorizava o patriarcado, onde o modelo vigente era o masculino, e mulheres deveriam ficar em casa cuidando dos afazeres domésticos e criando os filhos, enquanto os homens deveriam prover o sustento da casa. E com base nisso as mulheres eram subjugadas, menosprezadas e desvalorizadas. Onde a força física predominava sobre o conhecimento intelectual.

Segundo Foucault (2019, p. 138) “onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”. Desde sempre uma classe ou um grupo foi oprimido e explorado para que outra pudesse imperar. No caso do Brasil, após a revolução industrial, inicialmente com as oligarquias e mais recentemente com a burguesia, comandantes dos principais interesses políticos, econômicos e sociais, deixando pouco para os que não estão no comando.

Segundo Foucault (1988, p. 117-118),

[...] a burguesia assumiu um corpo e uma sexualidade, garantindo para si a força, a perenidade, a proliferação secular deste corpo através da organização de um dispositivo de sexualidade. E esse processo estava ligado ao movimento pelo qual ela afirmava sua diferença e sua hegemonia. É, sem dúvida, preciso admitir que uma das formas primordiais da consciência de classe, é a afirmação do corpo; pelo menos, foi esse o caso da burguesia no decorrer do século XVIII; ela converteu o sangue azul dos nobres em um organismo são e uma sexualidade sadia; compreende-se por que levou tanto tempo e opôs tantas reticências a reconhecer um corpo e um sexo nas outras classes – precisamente naquelas que explorava. As condições de vida impostas ao proletariado, sobretudo na primeira metade do século XIX, mostram que se estava longe de tomar em consideração o seu corpo e o seu sexo: pouco importava que essa gente vivesse ou morresse, de qualquer maneira se reproduziria sozinha.

Entretanto, esses mecanismos de controle e repressão da sexualidade vão além da classe burguesa, estando presentes em todas as esferas da sociedade, incentivando um modelo de sexualidade, escolhido por eles, que permeia as diversas relações sociais e se instaura dentro das instituições. É o modelo considerado heteronormativo, ideal sobre o ponto de vista dos mandatários, onde apenas gêneros e sexos opostos podem viver juntos e construir uma “família”, desvalorizando, excluindo e menosprezando qualquer modificação ou modelo que se afaste do que é entendido como “ideal”.

Foucault (2019, p. 255) expressa que “o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder”. Tudo isso associado ao grande crescimento demográfico das populações rurais que começaram a ir para as cidades trabalhar em subempregos nas indústrias durante o século XVIII, no ocidente europeu. Havia uma necessidade de coordená-los e integrá-los ao aparelho de produção, uma urgência em controlá-los por mecanismos de poder, transformando essa população em objeto de vigilância, análise e intervenções. Iniciasse, então, o que Foucault (2019, p. 303-304) chama de projeto de uma tecnologia da população:

[...] estimativas demográficas, cálculo da pirâmide das idades, das diferentes esperanças de vida, das taxas de morbidade, estudo do papel que desempenham um em relação ao outro o crescimento das riquezas e da população, diversas incitações ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e da formação profissional. Nesse conjunto de problemas, os “corpos” – corpo dos indivíduos e corpo das populações – surgem como portadores de novas variáveis: não mais simplesmente raros ou numerosos, submissos ou renitentes, ricos ou pobres, válidos ou inválidos, vigorosos ou fracos e sim mais ou menos utilizáveis mais ou menos suscetíveis de investimentos rentáveis, tendo maior ou menor chance de sobrevivência, de morte ou de doença, sendo mais ou menos capazes de aprendizagem eficaz. Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição, mas o aumento constante de sua utilidade.

Para Foucault (1988), o dispositivo da sexualidade foi instaurado como uma nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes. A burguesia proclamou à época uma preocupação com a vida, preocupação essa que se estendia apenas aos seus pares, pois havia uma problematização da medicina e suas condições de funcionamento, elevando os aspectos corporais e tratando do corpo com o intuito de garantir a longevidade, progeneração e descendência das classes dominantes. Segundo Foucault (2019, p. 169), “uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas”.

Vê-se aí a intencionalidade da burguesia, em explorar não apenas a mão de obra, mas a própria identidade do corpo e a saúde de toda uma classe social.

O papel da sexualidade remonta, na sociedade ocidental, desde a civilização grega e romana, na qual a sexualidade era livre, se expressava sem dificuldades e efetivamente se desenvolvia, sustentava em todo caso um discurso na forma de arte erótica. Depois o cristianismo interveio, o cristianismo que teria pela primeira vez na

história do Ocidente, colocado uma grande interdição à sexualidade [...]. Esse não, essa proibição teria levado a um silêncio sobre a sexualidade – baseado essencialmente em proibições morais. Porém a burguesia, a partir do século XVI, encontrando-se em uma posição de hegemonia, de dominação econômica e de hegemonia cultural, teria retomado de qualquer modo a seu cargo, para aplicá-lo mais severamente ainda e com meios ainda mais rigorosos, esse ascetismo cristão, essa recusa cristã da sexualidade e conseqüentemente a teria prolongando até o século XIX, na qual finalmente, em seus últimos anos, se teria começado a levantar o véu com Freud (Foucault, 2006, p. 62-63).

Quando se tem o controle sobre o corpo, que é a representação mais íntima e pessoal que alguém pode possuir de si mesmo, você tem o controle sobre o comportamento, os pensamentos e as intenções do outro. Esse sempre foi o objetivo dos que controlam e que possuem intenções não exatamente claras por trás dessa forma ideal de comportamento.

Essa dominação sobre o outro não é algo novo, mas que remonta a séculos de exploração e superioridade, muitas vezes sobre uma justificativa divina e mitológica. Muito mais presente no desenvolvimento socioeconômico vigente - que privilegia o mercado de trabalho e o fortalecimento da economia e não o ser humano trabalhador e suas relações com o meio ambiente, tal qual é defendido como fundamental pela educação profissional e tecnológica.

Dessa forma, era possível direcionar as atitudes e comportamentos das classes menos abastadas ao que era de interesse da burguesia. Pois alguém que não possui a liberdade de controle sobre si mesmo, não possui a capacidade de contestar e de saber o que é melhor para a sociedade, e a partir dessa ideia os burgueses fizeram com que a classe trabalhadora acreditasse, por bastante tempo, que deveriam viver à margem da sociedade e que não possuíam direito de reagir.

A burguesia ao controlar o proletariado estipula um padrão social e cultural através do corpo para determinar o que é certo e o que é errado, como cita Louro (2019, p. 17-18):

É fácil concluir que nesses processos de reconhecimento de identidades inscreve-se, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças. Tudo isso implica a instituição de desigualdades, de ordenamentos, de hierarquias, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade. O reconhecimento do “outro”, daquele ou daquela que não partilha dos atributos que possuímos, é feito a partir do lugar social que ocupamos. De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens.

Uma minoria decide quais os padrões ideais de comportamento, relação e vivência, que estão, na maioria das vezes, muito mais próximos dos padrões semelhantes aos seus e os impõe sobre uma maioria que acredita não se enquadrar nos estereótipos criados, portanto atende ordens.

Ainda na atualidade, muito se julga ou se induz o que uma mulher deve vestir, qual o ideal de homem a ser seguido, como os sujeitos devem ser, que formato devem ter seus corpos e o que devem fazer. Devido a isso, Louro (2019, p. 19) afirma que as “identidades sociais e culturais são políticas” muito mais que outra coisa. Ao negar a identidade do outro, eles se auto afirmam e se definem ainda mais.

Ao rotular os sujeitos, a sociedade estabelece classes que pretende fixar e de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina. Tomaz Tadeu da Silva (1998, p. 9) afirma:

Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder. [...] o poder define a forma como se processa a representação; a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando, assim, as relações de poder.

Dito isso, conhecer a si mesmo compreendendo suas características, comportamentos e expressando sua vivência é a maneira mais representativa de liberdade que o indivíduo possui. Tendo consciência se sua existência, de seu corpo e da influência que tem na convivência social, também por meio da sexualidade.

Isso demonstra a importância que o ambiente escolar e as famílias possuem, porque são nelas que as crianças e os jovens expressam pela primeira vez sua sexualidade, é lá que devem compreender e respeitar a diversidade sexual, os direitos das mulheres, os cuidados com o corpo e a proclamarem os sentimentos e valores necessários para desenvolver uma sociedade livre, justa e igualitária. Importância essa, presente, principalmente, na educação profissional e tecnológica, pois é ela que irá preparar o trabalhador para atuar no mundo do trabalho e, portanto, busca desenvolver um ser humano autônomo e consciente de sua existência e de seu papel na sociedade, não mais, apenas, como mão de obra passiva.

Característica necessária, também nas famílias, já que existem muitos perfis e diversidade de famílias: “nuclear, monoparental, reestruturada, extensa, comunitária, lembrando que há múltiplas formas de estruturação de vínculos afetivos, com finalidade de

constituição de família ou convivência comunitária” (Brasil, 1997 c, p. 50), conforme revela os PCN de pluralidade cultural.

Tudo isso associado à tentativa de superar a dominação do poder sobre os corpos e mentes implantados em nossa sociedade, que geram e muitas vezes justificam a violência doméstica, o feminicídio, a LGBT fobia, a lesbofobia situações incoerentes com uma sociedade saudável e igualitária.

2.1 A Escola, a Família e a Sociedade na Educação em Sexualidade

A Constituição da República Federativa do Brasil aborda em seu artigo 205 que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade” (Brasil, 1988). Em apoio a esses pilares está a escola, ambiente de aprendizagem e socialização das crianças e adolescentes, na qual concretiza-se efetivamente o direito de acesso à educação.

A escola e a sociedade possuem um papel fundamental no processo de mudar mentalidades, superar preconceitos e combater atitudes discriminatórias, buscando valores de reconhecimento e respeito mútuo, característicos da educação em sexualidade.

Principalmente, a escola por ser espaço de convivência entre crianças de origens e níveis socioeconômicos diferentes, com costumes e crenças religiosas distintas daquelas que cada uma conhece, com visões de mundo diversas das quais compartilha em família. Local onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença, a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (Brasil, 1997c).

Contudo, é preciso estar atento, pois algumas escolas acabam repercutindo, sem qualquer reflexão, as contradições que a habitam, disseminando preconceitos de formas diversas. A escola deve ser ambiente de acolhimento e esclarecimento favorecendo o bom convívio e contribuindo para posturas mais humanas e justas.

As manifestações de sexualidade acontecem durante toda a vida. Talvez por medo, inexperiência ou desconhecimento, em muitos ambientes escolares essas manifestações são ignoradas, ocultadas ou, ainda, reprimidas. Pensa-se, muitas vezes, que esse tema deva ser tratado exclusivamente pelas famílias, contudo é na escola que o estudante pode ter contato

com um ambiente de aprendizagem e multiplicidades. Todas as famílias têm um papel fundamental na formação da educação da criança, principalmente na sexualidade e mesmo sem perceber toda família realiza a educação em sexualidade de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso.

O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de determinados valores associados à sexualidade que a criança apreende (Brasil, 1997b, p. 77).

Isso, contudo, não retira a responsabilidade que a escola possui, pois é nela que a criança irá conviver com outras crianças e conhecerá outras realidades, a escola deve ser espaço de discussão e aprendizagem, permitindo que a criança e o jovem descubram quais os conceitos corretos associados aos mais diversos temas e com quais ele se identifica mais ou não.

Os jovens estão o tempo todo lidando com influências de muitas outras fontes: de livros, da escola, de pessoas que não pertencem à sua família, da comunidade onde vivem e, principalmente, nos dias de hoje, da mídia. Essas fontes atuam de maneira decisiva na formação sexual de crianças, jovens e adultos. A escola junto com a família deve orientar os estudantes para o que é mais saudável e se adequa melhor a sua realidade, e quais as fontes confiáveis nas quais ele deve recorrer quando não se sentir seguro ou possuir dúvidas. As famílias, a escola e a sociedade devem proporcionar uma educação em sexualidade sadia para os jovens, baseada em valores e hábitos condizentes com a valorização da vida e com os direitos humanos.

É preciso aproximar a família do conhecimento fornecido pela escola, transmitir o conhecimento científico e o respeito ao próximo ao longo das gerações. É permitir que os estudantes percebam o papel que a família possui na educação em sexualidade e a responsabilidade que eles mesmos terão com as futuras gerações, quebrando padrões preconceituosos e violentos.

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças assumam. De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de autorreferência por meio da reflexão (Brasil, 1997b, p. 83).

Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola não substitui nem concorre com a função da família, complementa-o. A escola é um ambiente de pluralidade, não cabe a ela julgar a educação que a família oferece, mas sim, fortalecer o respeito. A única exceção refere-se às situações em que haja violação dos direitos das crianças e dos jovens. Nessa situação específica, cabe à escola posicionar-se a fim de garantir a integridade básica de seus estudantes — por exemplo, as situações de violência sexual contra crianças por parte de familiares devem ser comunicadas ao Conselho Tutelar (que poderá manter o anonimato do denunciante) ou autoridade correspondente (Brasil, 1997b).

3 Metodologia

O caminho metodológico percorrido neste trabalho nasceu da observação por meio de práticas diárias no ambiente escolar e mesmo dentro da sala de aula a respeito da necessidade de se falar sobre sexualidade, da importância que o conhecimento, a interação e o respeito pelo próximo trazem para o bem-estar social e pessoal. Essa pesquisa se caracteriza por ser bibliográfica, pois se baseia em uma bibliografia existente sobre a temática, suas discussões e apontamentos.

4 Resultados e discussão

Criar espaços para reflexões e debates pode ajudar os jovens a passarem pela adolescência com menos angústias e turbulências. O bem-estar sexual passa pelo esclarecimento das questões que estão sendo vivenciadas pelas crianças e pelos jovens e é favorecido pelo seu debate aberto, nas diversas etapas do crescimento, atitude essa que a escola deve incentivar.

É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva (Brasil, 2018b, p. 327).

Isso demonstra a importância e necessidade de se trabalhar tal temática no ambiente escolar, pois a interação e a pluralidade de ideias e opiniões enriquecem ainda mais a discussão, contribuindo para a manifestação de diversas formas de sexualidade e torna o

assunto mais fácil de ser trabalhado. Além de oportunizar a superação das violências e preconceitos, pois muitas vezes a escola é o único ambiente em que o estudante tem contato com esse assunto e pode identificar situações de abuso que viveu ou ainda vive.

Louro (2019, p.11) vem ressaltar mais uma vez que “a sexualidade é construída ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos.” Assim, a escola teria um papel relevante na construção da questão da sexualidade, conscientizando seus educandos em diferentes aspectos que envolvem o tema, claro que fazendo consonância com a saúde reprodutiva, quando necessário, e por sua vez com as famílias, já que as mesmas têm papel fundamental nesse percurso.

Os PCN de apresentação dos temas transversais afirmam ainda que:

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros (Brasil, 1997 a, p. 28).

Dessa maneira, a escola deve auxiliar o educando a compreender que não existe padrão único em relação à sexualidade e que a orientação dada a respeito do tema pelas famílias deve ser respeitada, no entanto não deve ser compreendida como única alternativa. Tendo em vista que é no convívio familiar que os educandos constroem suas bases e opiniões morais e psicológicas, é importante que haja uma conversa a respeito do tema da sexualidade a partir desse convívio. Por isso é relevante que a escola, em conjunto com as famílias, trate desta temática, como orienta os PCN de Orientação Sexual:

O trabalho de Orientação Sexual proposto por este documento compreende a ação da escola como complementar à educação dada pela família. Assim, a escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a inclusão de conteúdos de Orientação Sexual na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores da proposta (Brasil, 1997b, p. 85).

Deve ocorrer o diálogo entre a escola e as famílias, para que a sexualidade deixe de ser tabu e passe a ser objeto de discussão, possibilitando a troca de ideias entre ambas. O apoio dos pais/responsáveis aos trabalhos desenvolvidos com os estudantes é um aliado importante para o êxito da educação em sexualidade na escola. O mesmo documento ainda aponta:

Por entender que a abordagem oferecida acontece a partir de uma visão pluralista de sexualidade e o papel da escola é abrir espaço para que essa pluralidade de concepções, valores e crenças possa se expressar, não compete à escola, em nenhuma situação, julgar como certa ou errada a educação que cada família oferece. Antes, caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças, a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias (Brasil, 1997 b, p. 85).

Aqui é evidente como o respeito e compreensão das mais variadas maneiras e expressões da sexualidade é importante e enriquecedora para uma educação de qualidade e uma formação humana integral e justa.

Reforça-se que o ser humano desenvolve sua sexualidade desde o nascimento, passando por diversos processos e experiências ao longo da vida. Além de temas, como gravidez e infecções sexualmente transmissíveis, considerados como problemas de saúde pública, é necessário considerar questões referentes ao cotidiano do estudante, os questionamentos que surgem no seu dia a dia; tais como as experiências de iniciação sexual, ficar e namorar, virgindade, vínculos afetivos, entre outros (Britzman, 2019), e não apenas a exposição biológica da sexualidade, que torna o enfoque do conteúdo muito restrito.

Conforme Louro (2019, p. 12), a vivência da sexualidade, assim como a forma de nos constituirmos como sujeitos, está ligada a inúmeros fatores: afeto, geração, raça, nacionalidade, religião, classe, etnia, dentre outras, caracterizando “processos profundamente culturais e plurais”. Dessa forma, “através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente” (Louro, 2019, p. 12).

De tal maneira, no conceito de gênero e no de sexualidade estão embutidas relações de poder diretamente ligadas à dominação de um sexo sobre o outro e que por muitos anos esteve submetido ao caráter biológico, e assim as diferenças marcadas pelos corpos repercutiram. As regras sociais, em muitos casos ainda vigentes, reforçam uma hierarquia de comportamentos desigual e diferente para meninas e meninos, por expectativas desiguais de gênero, estabelecendo, por exemplo, para as meninas a abstinência sexual durante a adolescência e estabelecendo por vezes que deveriam ter suas relações sexuais, com o noivo, no matrimônio ou por amor. Ao contrário, para os meninos não especificam o tipo de vínculo e nem a motivação para tal, sendo em sua maioria regras muito mais permissivas (Jones, 2010).

Foucault (1984) identificou essa ideia quando pressupôs que gênero e sexualidade são como construções sociais constituídas historicamente a partir de discursos e práticas que

normatizam e regulam tudo o que pode ou não pode ser dito e estão vinculadas a redes de poder, expressando a ideia de que até o formato como as pessoas devem se comportar e se expressar estão vinculadas à forma de pensar de uma sociedade e tudo o que se afasta dessa ideia é considerado falso, errado e deve ser combatido, práticas que, infelizmente, estão presentes na contemporaneidade.

Por isso, é extremamente importante que o conceito de sexualidade seja abordado como algo presente não só em relação ao corpo e anatomia, mas ao comportamento, às relações sociais, culturais e de costumes. A escola é o ambiente mais propício para desenvolver esta leitura, ao passo que problematiza de forma crítica a discussão da sexualidade, não só destacando aspectos de prevenção, mas, também, considerando as relações de poder existentes na produção dos saberes. Em alguns ambientes escolares ainda habita o senso comum, com visões estereotipadas sobre as relações de gênero e sexualidade, em que muitos creem que as mulheres nascem submissas aos homens, que o comportamento homossexual é um desvio de caráter, visões que podem estimular práticas preconceituosas.

4 Considerações finais

Sendo assim, a escola, as famílias e a sociedade como um todo devem estimular e proporcionar ambientes e espaços de diálogo e acolhimento sobre questões relacionadas a sexualidade, sempre incentivando visões plurais, diversas e livres de preconceito, que combatam a violência e a opressão dos grupos historicamente oprimidos, como as mulheres, a comunidade LGBTQIA+ e as crianças, buscando uma educação em sexualidade emancipatória.

Referências

ALTMANN, H. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

ALTMANN, H. **Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola**. 2005. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental: apresentação dos temas transversais, ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental: orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC, 2018a.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Brasília: MDH, 3ª reimpressão, simplificada, 2018b.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 105-142.

CESÁR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. **Educar em revista**, v. 35, 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Sexualidade e afetividade: implicações no processo de formação do educando. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8. ed. São Paulo: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. São Paulo: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política: ditos e escritos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 62-63.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

JESUS, M. C. P. O significado da educação sexual na relação pais/adolescentes. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 52, n. 3, p. 455–468, jul./set. 1999.

JONES, D. E. Diálogos entre padres y adolescentes sobre sexualidad: discursos morales y médicos en la reproducción de las desigualdades de género. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 14, n. 32, p.171-82, jan./mar. 2010.

JUNQUEIRA, R. D. Por uma pedagogia da diversidade de corpos, gêneros e sexualidades. In: SILVA, F. F.; MAGALHÃES, J. C.; RIBEIRO, P. R. C.; QUADRADO, R. P. (Orgs.) **Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências**. 2. ed. Rio Grande do Sul: FURG, 2008. p. 8-14.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v. 46, n. 46, p. 201-218, dez. 2007.

LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 42-57.

SILVA, T. T. A poética e a política do currículo como representação. Trabalho apresentado no GT Currículo. **21ª Reunião Anual da ANPED**, 1998.

UNESCO. **Orientações técnicas de Educação em Sexualidade para o Cenário Brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem**. – Brasília, UNESCO, 2014. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227762por.pdf>>

YUS, R. **Temas transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.